



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20210310.003/2021 - PMDP

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2021 - PMDP

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

ASSUNTO: Contratação de empresa jornalística para serviço de publicação em jornal diário de grande circulação especializada em publicação de aviso de licitação de interesse da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Dom Pedro/MA.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, Estado do Maranhão, instituída através do Decreto nº. 07/2021, de 20 de janeiro de 2021, composta pelos servidores públicos: Sr. Joel Pinheiro de Assunção (Presidente); Maria Sheila Silva Amorim (Membro); Ademar Aguiar Ribeiro Filho (Membro), consoante autorizações da Sra. Sônia Lúcia Lopes Feitosa Machado Secretária Municipal de Administração e Finanças, na qualidade de ordenadora de despesa, com fundamento no art.24, inciso II Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, conforme fundamentações abaixo.

Trata-se de solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a contratação direta da empresa **J. R BOGÉA NETO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. **36.633.065/0001-11**, com sede na Av: Dos Holandeses nº. 06, Edif. Solaia Ap. 501, Ponta do Farol – São Luis/MA – CEP: 65.077-635 para **contratação de empresa jornalística para serviço de publicação em jornal diário de grande circulação no Estado do Maranhão e no Município de Dom Pedro** visto de licitação de interesse da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Dom Pedro/MA, de acordo com as especificações e quantidades, conforme **Justificativa** e proposta anexadas aos auto do Processo Administrativo nº. 20210310.003/2021-PMDP.

Considerando o critério de **MENOR PREÇO**, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, requer a contratação direta, mediante dispensa por menor valor, da empresa **J. R. BOGÉA NETO**, pelo valor total de **R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)**, vencedora da consulta de preços em 03 (três) fornecedores do ramo, conforme Justificativa e respectivas propostas comerciais.

Encontra-se acostados nos autos as documentações a seguir relacionadas:

1. Memorando;
2. Despacho;
3. Cotação de Preços;
4. Solicitação e Dotação Orçamentária;
5. Justificativa;
6. Documentações de Habilitação, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômica e Financeira da empresa com menor preço.

A Contratação foi motivada pela necessidade de atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, mencionada nos autos como **JUSTIFICATIVA**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

Quanto à justificativa de preço, exigida pelo art. 26, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, foi feito o mapa de apuração de pesquisa de preços com as 3 (três) propostas de preços apresentadas, o que cumpre tal requisito, eis que indica o menor preço dentre as propostas ofertadas por item.

No caso, a contratação direta é permitida com fundamento na dispensa de licitação prescrita no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, cujo texto é o seguinte:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Entretanto, na legislação infraconstitucional, há previsão de dispensa nos casos de serviços e compras de valor até 10% (dez por cento), do limite para modalidade convite, conforme aduz os artigos 23 e 24 da referida legislação:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinados em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) Convite até R\$ 80.00,00 (oitenta mil reais);

(...)

Art. 24. É dispensável a licitação:

II- "para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

O Decreto nº. 9.412 de 18 de junho de 2018 atualizou os valores limites das modalidades e também da dispensa de licitação previstas na Lei 8.666/93, fixando como o novo valor máximo para modalidade convite de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), ampliando assim o teto das dispensas:

DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preço - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);

e) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preço - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais);

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Sendo a hipótese dos autos no valor **R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)**, ou seja, dispensa em razão de menor valor, encontra respaldo dentro do requisito principal para a contratação direta conforme disposição da Lei Federal 8.666/93 em seu artigo 24, II, supramencionado.

Cumpre asseverar que é vedado o fracionamento de despesas com o objetivo de contratar através de dispensa de licitação, conforme art. 23, § 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e recomendações do Tribunal de Contas da União, conforme se observa:

"Fracionamento, à luz da Lei de Licitações, caracteriza-se quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa ou para efetuar contratação direta.

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação.

(..)

§ 51 É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço."



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

Segue algumas recomendações trazidas no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União:

"Acórdão 935/2007 Plenário (Sumário)

Planeje a atividade de compras, de modo a evitar o fracionamento na aquisição de produtos de igual natureza e possibilitando a utilização da correta modalidade de licitação, nos termos do art.15, § 7º, II, da Lei nº8,666/1993".

"Acórdão 589/2010

Primeira Câmara Evite o fracionamento de despesa com a utilização de dispensa de licitação indevidamente fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, uma vez que o montante das despesas previstas e contínuas realizadas no decorrer do exercício, a exemplo das aquisições de material de expediente, de consumo e de gêneros alimentícios, extrapola o limite de dispensa de licitação."

Por tudo exposto, resolvem reconhecer e declarar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/1993, pela contratação direta, mediante dispensa de menor valor da empresa **J. R, BOGÉA NETO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. **36.633.085/0001-11**, com sede na Av: Dos Holandeses nº. 06, Edif. Solaia Ap. 501, Ponta do Farol - São Luis/MA – CEP: 65.077-635 pelo valor total de **R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, conforme Termo de Referência e respectivas Propostas comerciais.

Assim, submeto a presente justificativa a Análise da Assessoria Jurídica e do Controle Interno para posterior ratificação da Sra. **SÔNIA LÚCIA LOPES FEITOSA MACHADO**, Secretária Municipal de Administração e Finanças para os fins do disposto no caput, do art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Dom Pedro/MA, 16 de Março de 2021.

Joel Pinheiro de Assunção
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

Ademar Aguiar Ribeiro Filho
Comissão Permanente de Licitação
Membro

Maria Sheila Silva Amorim
Comissão Permanente de Licitação
Membro